

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

GABRIEL TERRA OLIVEIRA

**POLARIZAÇÃO NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO:
LEGADO PÓS-GUERRA FRIA**

**UBERLÂNDIA
2026**

GABRIEL TERRA OLIVEIRA

**POLARIZAÇÃO NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO:
LEGADO PÓS-GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. André Fabiano Voigt.

UBERLÂNDIA
2026

GABRIEL TERRA OLIVEIRA

**POLARIZAÇÃO NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO:
LEGADO PÓS-GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em História.

Área de concentração: História.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Fabiano Voigt (INHI/UFU)
Orientador

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (INHIS/UFU)
Avaliador

Prof. Dr. Douglas Gonsalves Fávero (PMU)
Avaliador

RESUMO

Este trabalho parte da Guerra Fria como período de bipolaridade política entre Estados Unidos e União Soviética. No cenário aberto pela chamada Nova Ordem Mundial, parte da literatura passou a interpretar o sistema internacional como multipolar, enquanto outra parte destacou a permanência da hegemonia estadunidense. A pesquisa analisa o cenário geopolítico global pós-Guerra Fria para discutir se há, hoje, uma nova polarização entre Estados Unidos e China. Também examina a polarização político-partidária e ideológica nas democracias ocidentais. Para isso, mobiliza artigos científicos e livros sobre Guerra Fria, pós-Guerra Fria, radicalização política, extremismo nas democracias ocidentais, tensões sino-estadunidenses e características dos modelos políticos chinês e estadunidense.

Palavras-chave: polarização; China; Estados Unidos da América; Guerra-Fria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Balança comercial chinesa com os principais parceiros comerciais, 1992-2020.....	13
Figura 2 - Balança comercial estadunidense com os principais parceiros comerciais, 1992-2020.....	13
Figura 3 - Importações dos EUA por principal parceiro comercial, 2020-2024.....	14
Figura 4 - Importações dos EUA por setor de mercadoria, 2020-2024.....	15
Figura 5 - Média geral por partido (PD = Partido Democrata; PR = Partido Republicano).....	20
Figura 6 - Participação dos programas nos PPAs 2016-2019 e 2020-2023.....	25

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. A Guerra Fria	2
2.1 Interpretações historiográficas e formação dos blocos	2
2.2 Tensões entre a União Soviética e o Ocidente	3
2.3 Modelos político-econômicos em disputa	4
2.4 O fim da Guerra Fria	5
3. Nova Ordem Mundial	7
3.1 Intervenções estadunidenses no pós-Guerra Fria	7
3.2 Reconfiguração do poder global	8
3.3 Rússia e revoluções coloridas	9
3.4 Unipolaridade multilateral e ascensão chinesa	10
4. Rivalidade entre China e Estados Unidos	11
4.1 Da aproximação estratégica à competição	11
4.2 Projeção econômica e diplomática chinesa.....	11
4.3 Interdependência econômica e tecnológica	12
4.4 Balanças comerciais, protecionismo e dependência produtiva	13
5. Falta de Bipolaridade no Cenário Geopolítico Atual.....	16
5.1 Da China maoísta às reformas de Deng Xiaoping	16
5.2 Socialismo com características chinesas	17
5.3 Capitalismo de Estado e controle estratégico	18
5.4 Legitimidade do PCC e ausência de bipolaridade sistêmica.....	18
6. Polarização Política	19
6.1 Polarização partidária nos Estados Unidos	19
6.2 Redes sociais e tecnopolítica	21
6.3 Polarização política no Brasil	22
6.4 Populismo, extremismo e crise democrática.....	22
6.5 Bolsonaro e o desmonte de políticas públicas	24
6.6 Milei e a agenda de redução do Estado	26
6.7 Trump: negacionismo, protecionismo e coerção tarifária.....	27
6.8 Populismos de direita e de esquerda.....	28
7. Conclusões	30
8. Referências bibliográficas	33

1. Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA (Estados Unidos da América) e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) estavam entre os Estados menos enfraquecidos pelo conflito e, por isso, passaram a ocupar posições hegemônicas no sistema internacional. As duas potências defendiam projetos ideológicos antagônicos, que orientavam de modo distinto suas práticas sociais, militares, econômicas e políticas: a URSS adotava o modelo socialista soviético, enquanto os EUA defendiam o capitalismo liberal e, posteriormente, a agenda neoliberal. O período posterior à Segunda Guerra Mundial, estendido até o fim do século XX, ficou conhecido como Guerra Fria. Não houve confronto bélico direto entre as duas potências, mas ocorreram conflitos indiretos envolvendo seus aliados (FIGLINO, 2016, p. 1). Ainda assim, a tensão foi constante, inclusive pelo risco de escalada nuclear. Entre as marcas desse período, destacam-se a corrida armamentista, a corrida espacial, os conflitos derivados da rivalidade entre as potências e a consolidação de modelos políticos que, como no caso chinês, seriam reformulados no pós-Guerra Fria. A partir desse pano de fundo, esta pesquisa examina o período posterior à Guerra Fria para discutir o cenário geopolítico contemporâneo. Há debates sobre a Nova Ordem Mundial: para alguns autores, ela expressa um ambiente multipolar; para outros, a hegemonia estadunidense articulada à globalização (BIAGI, 2001, p. 104). Mesmo com essas divergências, é inegável que os Estados Unidos saíram vitoriosos da Guerra Fria e consolidaram, por longo período, forte presença global. Mais tarde, o crescimento econômico chinês e a ampliação do protagonismo da China intensificaram a rivalidade sino-estadunidense. A pesquisa discute essa rivalidade e, em paralelo, a crise das democracias ocidentais. A expansão da internet e das redes sociais aumentou a circulação de ideias e informações sem filtro; embora isso possa reduzir a dependência da imprensa tradicional, também ampliou a desinformação, a difusão da ignorância e as *fake news* (BARROSO, 2022, p. 40). Por essa razão, o trabalho reserva uma seção à crise das democracias ocidentais e ao papel das redes sociais na fragilidade democrática. Também dedica uma seção à análise dos modelos políticos estadunidense e chinês, com atenção às suas diferenças, peculiaridades e ao caso da polarização política na democracia estadunidense, fenômeno que não se limita à contemporaneidade.

2. A Guerra Fria

2.1 Interpretações historiográficas e formação dos blocos

A Guerra Fria pode ser compreendida a partir de duas interpretações historiográficas principais. A primeira atribui o conflito à expansão soviética e ao projeto de difusão do comunismo. A segunda entende a Guerra Fria, sobretudo, como uma construção norte-americana voltada a justificar ações e intervenções fora da esfera de influência soviética. Biagi observa que vários pensadores ocidentais defenderam a primeira leitura, como Robert Wesson, para quem a retirada dos Estados Unidos equivaleria a aceitar a hegemonia soviética sobre grande parte da Europa e do restante do mundo (BIAGI, 2001, p. 63). O próprio Biagi mostra, porém, que estudos das décadas de 1960 e 1970 deslocaram essa interpretação ao sustentar que a Guerra Fria também foi uma construção norte-americana. Nessa leitura, os soviéticos haviam sofrido perdas massivas na Segunda Guerra Mundial, estavam satisfeitos com sua esfera de influência e não teriam condições de provocar uma guerra contra os Estados Unidos. Um dos autores citados por Biagi é Isaac Deutscher, que, em *Mitos da Guerra Fria*, afirmou que a União Soviética estava “quase aniquilada, sangrando profusamente por todas as feridas”. A partir dessa avaliação, Deutscher considerou frágil a suposição ocidental de que Stalin ou seus sucessores estavam comprometidos com uma revolução internacional, pois buscavam, antes, preservar o status quo dentro e fora da União Soviética (BIAGI, 2001, p. 64). A Guerra Fria também envolveu a formação de apoios e zonas de influência. Como as duas potências possuíam armas nucleares, um conflito direto poderia significar destruição mútua assegurada. Esse quadro se intensificou após a União Soviética realizar seu primeiro teste atômico em 1949, quatro anos depois do lançamento da bomba atômica em Hiroshima pelos Estados Unidos (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2019). No processo de consolidação dessas zonas de influência, a descolonização abriu novas possibilidades de disputa. Após a Segunda Guerra Mundial, países colonizadores, especialmente Inglaterra e França, saíram enfraquecidos, o que dificultou a manutenção de colônias na África e no Oriente Médio. Parte expressiva dos novos Estados não se alinhou a nenhuma das duas potências, sendo classificadas como “terceiro mundo”; o “primeiro mundo” reunia os Estados aliados aos EUA, e o “segundo mundo”, os Estados aliados à URSS (FIGLINO, 2016, p. 5). Nesse contexto, os EUA priorizavam manter a Europa Ocidental estável e protegida do avanço comunista. Por isso, além de financiarem e auxiliarem países colonizadores, muitas vezes apoiaram esses Estados em guerras de

manutenção colonial. O Vietnã é um caso relevante: antes da intervenção direta dos EUA nos anos 1970 em defesa do Vietnã do Sul, o país já auxiliava a França na guerra de independência vietnamita, voltada à manutenção da Indochina (BIAGI, 2001, p. 84). Outro exemplo desse financiamento foi o Plano Marshall, por meio do qual os EUA buscaram estabilizar a Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Em resposta, a URSS lançou o COMECON (Conselho para Assistência Mútua), voltado à cooperação econômica entre países socialistas (FIGLINO, 2016, p. 5). Originalmente, o Plano Marshall pretendia beneficiar todos os países que lutaram na Segunda Guerra Mundial, inclusive a URSS. Os soviéticos, no entanto, recusaram que a iniciativa criasse um bloco americano contra a União Soviética e a interpretaram como forma de dominação econômica e política. Assim, recusaram o plano e pressionaram os países do Leste Europeu a fazerem o mesmo (BIAGI, 2001, p. 74).

2.2 Tensões entre a União Soviética e o Ocidente

Convém observar que a URSS não demonstrava interesse imediato em expandir ou guerrear por mais controle logo após a Segunda Guerra Mundial; sua prioridade parecia ser a consolidação interna e a estabilização. Gaddis sustenta essa leitura. No início da Guerra Fria, Stalin ainda governava a União Soviética e, após o fim do conflito mundial, precisava de paz e ajuda econômica. Por isso, buscou cooperação com britânicos e estadunidenses, afirmando que a aliança funcionava porque havia interesse comum em impedir o domínio de Hitler (GADDIS, 2006, p. 12). Diversos fatores condicionaram a Guerra Fria, mas um dado reforça a interpretação de que a União Soviética não mantinha, naquele momento, uma política abertamente agressiva: Stalin acreditava que as potências ocidentais entrariam em conflito entre si, o que abriria espaço para a adoção do comunismo sem confronto direto (GADDIS, 2006, p. 13). Se a União Soviética não parecia interessada em expandir sua esfera de influência por meio de intervenções logo após a Segunda Guerra Mundial, por que as potências ocidentais temiam tanto Stalin? Uma resposta está no histórico de tensão entre a União Soviética e o Ocidente desde a Revolução Russa de 1917, que gerou políticas de contenção e confronto contra o novo regime soviético, como o apoio ocidental ao Exército Branco contra o Exército Vermelho (BIAGI, 2001, p. 69).

Esse histórico de conflitos, entretanto, não foi o único motivo. O Ocidente já buscava conciliar as exigências territoriais de Stalin e a necessidade soviética de uma esfera de influência que garantisse a presença de nações “amigas” ao longo de suas fronteiras. O episódio que provavelmente agravou a desconfiança ocidental foi a Conferência de Yalta. Diante da

insistência de Churchill e Roosevelt, Stalin prometeu eleições livres nas regiões ocupadas da Europa Oriental. Contudo, não tinha intenção de cumprir essa promessa. O Exército Vermelho implantou regimes subservientes, embora nem todos tenham se tornado comunistas de imediato. Stalin permitiu certa flexibilidade, desde que ela não prejudicasse a influência soviética na Europa Central (GADDIS, 2006, p. 19-20).

Também ocorreram exigências que aumentaram a desconfiança ocidental em relação à União Soviética. Três iniciativas de Stalin possivelmente alimentaram de modo decisivo a Guerra Fria:

Seguiram-se três iniciativas: Stalin retardou a retirada das tropas soviéticas do norte do Irã, lá estacionadas desde 1942 como parte de um acordo anglo-soviético para evitar que o suprimento de petróleo daquele país caísse em mãos alemãs; exigiu concessões territoriais da Turquia bem como bases que dariam à União Soviética o efetivo controle dos Estreitos turcos; e reivindicou o papel de administrador de ex-colônias italianas no norte da África, tendo em vista assegurar uma ou mais bases navais adicionais no Mediterrâneo oriental (GADDIS, 2006, p. 27).

Assim, a desconfiança ocidental não resultou apenas de manipulação estadunidense; as próprias ações de Stalin continuaram a preocupar o Ocidente. Formaram-se, nesse ambiente, as condições que consolidariam a Guerra Fria. Embora esta seção apresente uma explicação sintética do conflito, sua função é oferecer uma base histórica e política para a análise do cenário geopolítico contemporâneo. Sobre as atitudes das duas potências, Figlino resume a lógica de Eric Hobsbawm da seguinte maneira:

Dessa forma, os EUA agiam de maneira pragmática e agressiva no sistema internacional e frente à URSS a fim de manter sua supremacia, pois interpretaram que o capitalismo poderia desaparecer por conta da superioridade do socialismo. Apesar da interpretação estadunidense, a URSS não buscava por guerras, assim como não enxergava o fim do socialismo frente ao capitalismo (FIGLINO, 2016, p. 4).

2.3 Modelos político-econômicos em disputa

A comparação entre modelos políticos e econômicos poderia ser desenvolvida de forma muito mais ampla. Neste trabalho, contudo, interessa observar que o modelo marxista-leninista da União Soviética perdeu parte de seu apelo ideológico após a Guerra Fria. O próprio Mikhail Gorbachev, último secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, afirmou que o “calcanhar de Aquiles” do socialismo era a incapacidade de associar o objetivo socialista à

oferta de incentivos ao trabalho eficiente e ao estímulo à iniciativa individual (GADDIS, 2006, p. 226). Desse modo, mais do que decidir qual modelo foi melhor executado, a pesquisa busca descrever suas diferenças e aprofundá-las na análise dos modelos chinês e estadunidense.

Lenin defendia que a ditadura do proletariado libertaria o próprio proletariado; nessa lógica, os fins justificariam os meios, e uma revolução autoritária libertaria “os de baixo” sob comando “dos de cima”. Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos entre 1913 e 1921, partia de outro horizonte político: defendia uma reforma do capitalismo. Para Wilson, o erro do capitalismo era oferecer pouca liberdade ao povo para dirigir a própria vida. Seu objetivo central era combinar liberalização econômica, autodeterminação política e criação de uma organização internacional de segurança coletiva. Ainda assim, Wilson acabou visto como um idealista fracassado, e seus próprios compatriotas não aderiram à Liga das Nações, concebida por ele (GADDIS, 2006, p. 84-86). Depois da crise de 1929, as reformas de Roosevelt aliviaram a crise econômica nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, durante a Grande Depressão, a União Soviética manteve produção elevada e pleno emprego. Por isso, o renascimento e o triunfo final do capitalismo democrático foram uma evolução surpreendente, que poucos teriam previsto após as crises capitalistas do século XX (GADDIS, 2006, p. 86-88). Hobsbawm descreveu esse período de recuperação capitalista como “Era Dourada”. A produção industrial mundial quadruplicou entre o início dos anos 1950 e o começo da década de 1970; o comércio de produtos manufaturados aumentou dez vezes; e bens de consumo antes considerados luxos, como televisores, refrigeradores e outros eletrônicos, tornaram-se comuns. Para Hobsbawm, a “mágica” foi a reforma deliberada do capitalismo nos Estados Unidos e na Inglaterra durante os últimos anos da guerra (GADDIS, 2006, p. 111-112).

2.4 O fim da Guerra Fria

Para os contemporâneos, o fim da Guerra Fria representou um choque. Teóricos das relações internacionais insistiam que sistemas bipolares eram mais estáveis que sistemas multipolares e que a bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos duraria por tempo previsível, chegando a sustentar que a Guerra Fria havia evoluído para uma “paz duradoura” (GADDIS, 2006, p. 188). Vários fatores contribuíram para o fim do conflito, mas a estagnação econômica do bloco socialista e a falta de liberdade política e individual figuraram entre os principais.

Na condição de processo histórico, os eventos associados ao fim da Guerra Fria formaram, na verdade, o epílogo de uma longa sucessão de fatos. De um

lado, porque, tanto a queda do muro de Berlim quanto o colapso da União Soviética, não teriam acontecido se as bases políticas e econômicas que davam sustentação ao bloco socialista não estivessem já deterioradas a ponto de tornarem inócuas quaisquer tentativas de reforma do sistema. Enquanto, por outro lado, também a disputa por áreas de influência pelos dois pólos de poder já vinha perdendo impulso desde a segunda metade dos anos 70 quando, não apenas a *détente* passou a marcar a política externa das grandes potências, mas também, visivelmente, muitos eventos de destaque no cenário internacional passaram a ter cada vez menos relação direta com a disputa bipolarizada, típica da Guerra Fria (SATO, 2000, p. 139).

Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev tiveram papel central no desfecho da Guerra Fria. Reagan via a *détente* como uma forma de perpetuar o conflito (GADDIS, 2006, p. 208-209). Sua postura mais agressiva, em comparação com a de presidentes anteriores, reduziu as opções soviéticas, inclusive no caso de uma possível ocupação da Polônia (GADDIS, 2006, p. 211). Gorbachev, por sua vez, abriu caminho para o fim da União Soviética por meio de reformas liberalizantes. Ainda assim, quanto à manutenção dos regimes socialistas pela força, o secretário-geral anterior, Yuri Andropov, já havia decidido não intervir na Polônia em 1981; se essa decisão fosse conhecida à época, o desmantelamento da autoridade soviética em 1989 poderia ter ocorrido mais cedo (GADDIS, 2006, p. 211-213). As reformas de Gorbachev ampliaram a liberdade política, mas a economia continuou estagnada. Ele esperava que reformas políticas e econômicas reduzissem o ritmo da secessão, mas, depois de ser preso por membros de seu próprio grupo político e de Boris Yeltsin impedir o golpe diante do parlamento russo, sua autoridade foi diminuída. Yeltsin extinguiu o Partido Comunista da União Soviética, confiscou suas propriedades e reconheceu a independência dos Estados bálticos. Em seguida, Ucrânia, Cazaquistão e Armênia proclamaram independência. Em 25 de dezembro de 1991, Gorbachev assinou o decreto que encerrou oficialmente a existência da União Soviética (GADDIS, 2006, p. 244-249). Setenta e quatro anos depois da Revolução Russa, a União Soviética chegava ao fim e abria caminho para a Nova Ordem Mundial. Enquanto alguns autores defendem a continuidade global do modelo estadunidense e outros apontam para um novo cenário multipolar, é certo que a geopolítica global se alterou após a Guerra Fria. Recentemente, dois atores passaram a ocupar posição de destaque e rivalidade no cenário internacional: os Estados Unidos da América e a República Popular da China.

3. Nova Ordem Mundial

3.1 Intervenções estadunidenses no pós-Guerra Fria

Embora o fim da Guerra Fria seja normalmente situado em 1991, a queda do Muro de Berlim já deslocou a atenção estratégica dos Estados Unidos para outra região: o Oriente Médio. Em maio de 1991, o presidente George H. W. Bush informou ao Congresso que havia destinado entre 15 e 20 milhões de dólares ao golpe militar que deveria ocorrer no Iraque. O plano foi autorizado em agosto de 1991, depois que Bush assinou uma diretiva de ação secreta (BANDEIRA, 2013, p. 47).¹

No início do período pós-Guerra Fria, os Estados Unidos priorizaram a expansão de seus interesses econômicos e estratégicos, realizando diversas intervenções militares. Além da invasão do Iraque, outro exemplo de intervenção estadunidense ocorreu na Guerra Civil da Somália, em 1992.

E, em 1992, enviou para a Somália, em guerra civil, a *1st Special Forces Operational Detachment-Delta* (1st SFOD-D), uma das mais secretas unidades contraterrorismo, como parte de uma força multinacional — *Unified Task Force* (Unitaf) — conforme a Resolução 794 do CS da ONU. A missão “*to create a protected environment for conducting humanitarian operations*” foi a justificativa da Operation Restore Hope. Seu principal objetivo, em realidade, foi restaurar a segurança na Somália, onde existiam grandes reservas de gás natural e de petróleo, sobretudo no norte do país, e proteger os *multimillion-dollar investments* de quatro grandes corporações americanas — Conoco, Amoco, Chevron e Phillips Petroleum — que já haviam obtido concessões para prospectar dois terços do seu território (BANDEIRA, 2013, p. 49-50).

Outro caso de intervenção estadunidense foi a Operation Just Cause, na qual o presidente George H. W. Bush ordenou a captura e deposição do presidente panamenho Manuel Noriega. A operação ocorreu em 1989, o que reforça a queda do Muro de Berlim como um dos principais marcos simbólicos do fim da Guerra Fria (BANDEIRA, 2013, p. 51). No início da Nova Ordem Mundial, uma das principais ameaças percebidas pelos Estados Unidos foi o mundo islâmico. Além do Iraque de Saddam Hussein, destacou-se o Irã após a ascensão do aiatolá Ruhollah Khomeini. Com exceção da Arábia Saudita, do Kuwait e dos Emirados Árabes,

¹ Importante ressaltar que a edição digital desse livro não possui numeração de páginas estabilizada; neste trabalho, as indicações de página referentes a Bandeira (2013) seguem a contagem do arquivo digital utilizado, iniciada na primeira página textual. Caso a banca exija edição impressa paginada, recomenda-se conferir os localizadores na edição adotada.

os demais países do mundo islâmico, naquele momento, apoiaram declaradamente a Síria e o Irã (ARGOLO, 2007, p. 199).

A percepção de que qualquer potência capaz de dominar a Ásia Central e o Oriente Médio poderia ameaçar a sociedade estadunidense orientou boa parte da política externa dos Estados Unidos a partir dos anos 1990. A segurança nacional estadunidense passou a implicar o domínio das fontes de energia e de suas rotas de escoamento, região em que se concentravam cerca de 64,5% das reservas conhecidas de petróleo (BANDEIRA, 2013, p. 59). No início de seu governo, em 2001, George W. Bush priorizou o aumento do fluxo de petróleo do exterior em razão da redução dos estoques de petróleo e gás natural nos Estados Unidos. Os atentados de 11 de setembro de 2001 forneceram a justificativa política para a invasão do Afeganistão, a militarização da política externa e a campanha de asseguramento de fontes de gás e petróleo (BANDEIRA, 2013, p. 71-72).

3.2 Reconfiguração do poder global

Durante a Guerra Fria, a lógica bipolar organizava boa parte das iniciativas políticas dos Estados Unidos e da URSS. Esse arranjo foi progressivamente substituído por uma configuração mais complexa, marcada pela multipolaridade e pela ascensão de novas potências. Segundo Santos (2001, p. 23 apud NASCIMENTO; ANDRADE; MENEZES; NETO; CASTRO, 2026, p. 2), o mundo globalizado não é homogêneo; é profundamente desigual e marcado por relações de poder em constante reorganização. Logo após o fim da Guerra Fria, houve hegemonia estadunidense sob uma lógica aparentemente unipolar. Com o avanço da globalização e o crescimento econômico de países emergentes, tornou-se possível perceber uma reconfiguração do poder global. A globalização, nesse sentido, não produziu um mundo uniforme, mas aprofundou desigualdades e gerou novas formas de dominação (NASCIMENTO; ANDRADE; MENEZES; NETO; CASTRO, 2026, p. 5).

Entre os atores que mais claramente contestam a hegemonia estadunidense está a República Popular da China. Desde 2013, a administração de Xi Jinping mobiliza poder econômico e iniciativas diplomáticas para defender interesses nacionais. Entre as principais iniciativas econômicas chinesas estão o Made in China 2025, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) (PENNAFORTE; BENJAMIN; SCHIERHOLT, 2021, p. 1).

3.3 Rússia e revoluções coloridas

Além do crescimento chinês, a Rússia também voltou a afirmar sua relevância no cenário internacional, especialmente por meio de ações militares. O conflito envolvendo a Ucrânia evidencia tensões geopolíticas entre a Rússia e países ocidentais e revela a fragilidade da estabilidade internacional contemporânea (NASCIMENTO; ANDRADE; MENEZES; NETO; CASTRO, 2026, p. 7). Mesmo após o fim da União Soviética, os Estados Unidos buscaram cercar a Rússia, como demonstrado pela quebra da promessa de que a jurisdição da OTAN não se estenderia “um só centímetro” para o leste, compromisso rompido no governo Bill Clinton (GADDIS, 2006, p. 243). Outra atitude que revela esse interesse de cercamento foi o investimento nas chamadas “revoluções coloridas” em regiões ex-soviéticas:

Não é segredo, portanto, que o Pentágono, através da United States Army Civil Affairs e do Psychological Operations Command (USACAPOC), o Departamento de Estado e várias organizações não governamentais, entre as quais a Freedom House, cuja missão é “*support democratic change, monitor freedom, and advocate for democracy and human rights around the world*”, e a National Endowment for Democracy, também dedicado a “*growth and strengthening of democratic institutions around the world*”, investiram milhões de dólares para incentivar as “revoluções coloridas” na região da extinta União Soviética e cercar a Rússia. A Ucrânia configurou uma questão geoestratégica, não por causa de Moscou, mas por causa dos Estados Unidos, que, conforme comentou o jornalista Jonathan Steele, se recusavam a abandonar a política da Guerra Fria de cercar a Rússia e buscar para seu lado todas as antigas repúblicas soviéticas (BANDEIRA, 2013, p. 100).

As chamadas “revoluções coloridas” foram uma implementação da política de “exportação de democracia”, contando inclusive com assistência militar, por meio da NED, da CIA, de entidades civis e de organizações não governamentais, para promover mudanças de regime sem golpe de Estado e instalar governos pró-ocidentais. Entre os exemplos, está a Revolução das Rosas, de 2003, na Geórgia, que levou à renúncia de Eduard Shevardnadze e à posse de Mikheil Saakashvili. Este determinou o fechamento de uma base militar russa e firmou contrato de 15 milhões de dólares com a Cubic Corporation para fornecimento de equipamentos de defesa e treinamento às forças georgianas. Outros exemplos são a Revolução Laranja, de 2004, na Ucrânia, e a Revolução das Tulipas, de 2005, no Quirguistão (BANDEIRA, 2013, p. 93-100).

3.4 Unipolaridade multilateral e ascensão chinesa

Outra leitura sobre o novo modelo global defende a existência de uma unipolaridade multilateral da Pax Americana. Góes argumenta que não vivemos sob o jugo da unipolaridade geopolítica da Pax Americana nem sob uma ordem mundial multipolar de democracia cosmopolita. Nessa lógica, a multipolaridade designa uma ordem geopolítica mundial regida por vários polos de poder, como Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Japão, enquanto a unipolaridade indica a predominância de um único Estado soberano em todos os campos do poder nacional (GÓES, 2023, p. 122). O chamado unipolarismo multilateral giraria, assim, em torno do poder hegemônico estadunidense, apoiado por organismos multilaterais por ele controlados, como o G7, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional. Há, portanto, interpretações segundo as quais a globalização é um projeto sociopolítico ligado à Pax Americana, que se tornou hegemônico após a queda do Muro de Berlim (GÓES, 2023, p. 124).

Góes também salienta que a orientação dos países economicamente mais desenvolvidos para seus próprios interesses econômicos e comerciais fica evidente na fala de Yuan-Tseh-Lee, vencedor do prêmio Nobel, em evento realizado em Gotemburgo, na Suécia, em 2010:

Parafraseando Lee: os cientistas vão a congressos, prometem colaboração internacional e, depois, voltam para casa. Em casa, o governo pergunta, “Essa colaboração internacional aprimorará a competitividade nacional no mercado global?”; ou a União Europeia pergunta, “Isso trará vantagens à UE?” Se o cientista responder “não”, os governos não demonstrarão entusiasmo (DUBROW, 2013, p. 100 apud GÓES, 2023, p. 128).

Seja qual for a interpretação adotada — unipolar, multipolar ou unipolar multilateral —, é difícil negar que os Estados Unidos emergiram da Guerra Fria como superpotência hegemônica e difundiram a democracia liberal como referência global. A Rússia buscou reafirmar sua relevância internacional, mas o país que mais passou a mobilizar a atenção dos Estados Unidos no contexto da globalização e do pós-Guerra Fria foi a República Popular da China. Como já observado em relação às tentativas de contenção da influência russa, os Estados Unidos também passaram a buscar formas de conter a influência chinesa. Um exemplo é a *Defense Strategic Guidance* (Diretriz Estratégica de Defesa), lançada por Barack Obama em 5 de janeiro de 2012 para fortalecer a presença estadunidense, com maiores recursos navais e aéreos, a fim de contrabalançar a China na Ásia-Pacífico e conter o Irã no Estreito de Ormuz (BANDEIRA, 2013, p. 479).

Essa rivalidade precisa ser apresentada antes da discussão sobre a polarização no cenário geopolítico atual e suas particularidades.

4. Rivalidade entre China e Estados Unidos

4.1 Da aproximação estratégica à competição

Desde o governo Nixon, os Estados Unidos tinham interesse em manter a China estável. Nixon chegou a afirmar que não poderia permitir que a China fosse esmagada em uma guerra sino-soviética (GADDIS, 2006, p. 83). Após o colapso da União Soviética, porém, preservar uma nação socialista deixou de ser prioridade estratégica dos Estados Unidos, pois já não havia ameaça comum que justificasse a aliança com o “inimigo do inimigo”. O interesse passou a ser conter o avanço chinês e reafirmar a posição estadunidense como superpotência dominante.

4.2 Projeção econômica e diplomática chinesa

O principal ativo chinês no cenário internacional é sua força econômica. Seu sistema político, entretanto, apresenta baixa transparência e permanece distante dos modelos ocidentais. Como parte considerável da população saiu da pobreza e a classe média ampliou o acesso ao bem-estar, mesmo aqueles incomodados com o papel vigilante do Estado dispõem de renda suficiente para viver acima da linha de conforto (PAIVA, 2022, p. 56-57). A política externa chinesa defende o multilateralismo; no entanto, a baixa tolerância ao confronto aberto de visões dificulta a atração de aliados em torno de ideias. Por isso, suas principais iniciativas buscam conquistar aliados por meio de vantagens econômicas (PAIVA, 2022, p. 57).

No campo diplomático, a maior cooperação entre Estados Unidos e China pode ser atribuída à criação do Diálogo Econômico Estratégico, em 2009. À época, muitos acreditavam que esse seria o início de um G2. Em 2013, Xi Jinping viajou a Sunnylands, nos Estados Unidos, com o objetivo de aprofundar sua relação pessoal com Barack Obama. Apesar dessa aproximação entre os chefes de Estado, a rivalidade persistiu. Um exemplo foi a criação de uma zona de defesa aérea chinesa sobre sua extensão marítima na Ásia Oriental. O governo estadunidense manifestou preocupação de que zona semelhante fosse estabelecida no Mar do Sul da China, em contexto de alta tensão política regional, e também criticou a construção de ilhas artificiais chinesas (PAIVA, 2022, p. 60).

O crescimento chinês aparece de forma expressiva na elevação de seu PIB (Produto Interno Bruto), que passou de 1,21 trilhão de dólares em 2000 para 19,73 trilhões de dólares em

2023, colocando o país como o segundo maior PIB do mundo em dólares correntes e o maior em paridade de poder de compra. Os gastos militares chineses também subiram de 17 bilhões para 293 bilhões de dólares nas duas últimas décadas, tornando a China o segundo país com maior volume de gastos militares (ZAIDAN; CAVALCANTI; NÓBREGA; VIEIRA; FONSECA; SILVA, 2024, p. 47). Uma das principais características de suas iniciativas multilaterais ou bilaterais é o discurso de benefício mútuo nos acordos comerciais. Em 2024, por exemplo, a China zerou tarifas comerciais para países de menor desenvolvimento relativo, como o Haiti, a fim de reforçar seu papel de provedora, ainda que outros interesses também orientem tais ações (ZAIDAN; CAVALCANTI; NÓBREGA; VIEIRA; FONSECA; SILVA, 2024, p. 48).

4.3 Interdependência econômica e tecnológica

Mesmo diante dessas rivalidades, classificar o conflito entre China e Estados Unidos como uma Segunda Guerra Fria pode ser inadequado, pois o contexto atual difere bastante daquele que marcou a Guerra Fria. Naquele período, havia rivalidade sistêmica e ideológica em um mundo bipolar. O principal fator que impedia conflito direto entre as superpotências era o risco de escalada nuclear e de destruição mútua assegurada. Ainda assim, ambas mantinham rivalidade econômica, tecnológica, diplomática e ideológica duradoura, além de blocos geopolíticos e econômicos paralelos. Esse cenário pouco se assemelha a uma economia global de mercados integrados (ABDAL; FERREIRA, 2025, p. 663).

O cenário atual é mais multipolar, com uma superpotência e pelo menos três centros hegemônicos (EUA, Europa e China), além de bloco reconhecido hoje como o BRICS ampliado (Brasil, Índia, Rússia, África do Sul, etc.) e outros países de relevância, como o Japão, entre outros possíveis. Também é relevante destacar que EUA e China são altamente interdependentes em termos comerciais, produtivos e tecnológicos (ABDAL; FERREIRA, 2025, p. 664). A disputa por manufaturados de tecnologia evidencia essa dependência. A China lidera a corrida pelo 5G, com a Huawei entre as principais fornecedoras globais de equipamentos necessários a essa tecnologia. Diante da ameaça de dependência tecnológica chinesa, os Estados Unidos adotaram medidas de restrição ao acesso da China a tecnologias críticas, como a proibição de chips e de equipamentos usados em sua fabricação e na produção de supercomputadores. Também foram criadas políticas para atrair fábricas aos Estados Unidos e melhorar sua posição na disputa pela produção de manufaturados de alta tecnologia (ZAIDAN; CAVALCANTI; NÓBREGA; VIEIRA; FONSECA; SILVA, 2024, p. 49).

4.4 Balanças comerciais, protecionismo e dependência produtiva

A disputa tecnológica ajuda a revelar a interdependência econômica entre Estados Unidos e China. Para demonstrar esse ponto, Abdal e Ferreira analisam dados da *UN Comtrade* relativos às balanças comerciais chinesa e estadunidense. A seguir, apresentam-se dois gráficos elaborados pelos autores.

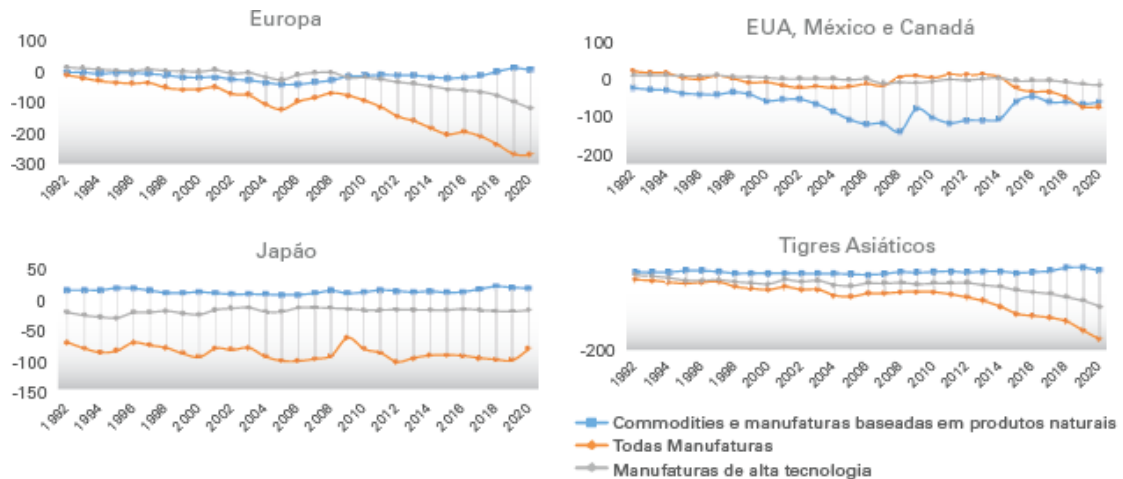


Figura 1. Balança comercial chinesa (em bilhões de dólares) com os seus principais parceiros comerciais para todos os produtos manufaturados, manufaturados de alta tecnologia e commodities: 1992-2020 (ABDAL; FERREIRA, 2025, p. 675).

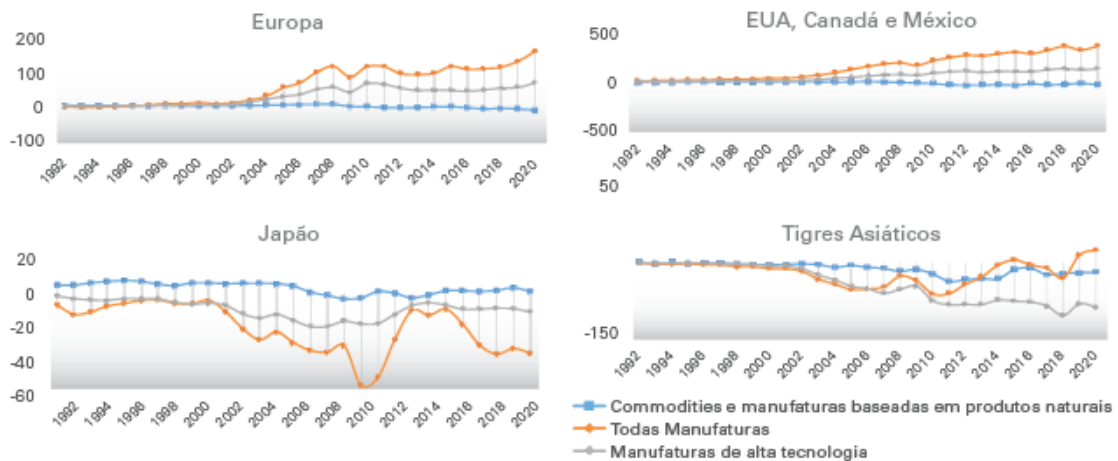


Figura 2. Balança comercial estadunidense (em bilhões de dólares) com os seus principais parceiros comerciais para todos os produtos manufaturados, manufaturados de alta tecnologia e commodities: 1992-2020 (ABDAL; FERREIRA, 2025, p. 674).

A leitura dos gráficos indica que o déficit comercial dos Estados Unidos em manufaturados é mais elevado em relação aos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Japão, Taiwan e Hong Kong), com perfil de queda semelhante em quase todos os parceiros comerciais, exceto Canadá e México, apesar do superávit em commodities. No caso chinês, observa-se déficit em

commodities com todos os parceiros, o que demonstra a necessidade de importações de recursos naturais para sustentar sua produção manufatureira. Ao mesmo tempo, a China apresenta superávit de manufaturados com EUA, Europa, América Latina, África e outros territórios não apresentados na figura, mas déficit de manufaturados e de alta tecnologia com o Japão e a região circundante (ABDAL; FERREIRA, 2025, p. 675). Na Guerra Fria, os blocos econômicos possuíam iniciativas próprias e buscavam a vitória de suas ideologias no plano mundial. Estados Unidos e URSS eram economicamente autônomos. Por isso, é problemático afirmar que o mundo caminha para uma Segunda Guerra Fria quando China e Estados Unidos mantêm forte interdependência econômica. Embora haja tentativas de autonomia na produção de manufaturados para reduzir a dependência estadunidense em relação à China, os dois países permanecem centrais para o funcionamento recíproco de suas economias.

U.S. Imports from Major Trading Partners

U.S. Imports Value	Absolute Change in Import Value		Percent Change in Import Value		
Table US.3: U.S. general imports by selected trading partners, 2020–24 In millions of dollars.					
Import source	2020	2021	2022	2023	2024
Mexico	323,477	382,569	452,015	472,907	505,523
China	432,548	504,246	536,269	427,247	438,742
Canada	270,026	357,275	437,418	418,010	411,887
Germany	114,897	134,653	146,608	159,186	160,380
Japan	119,507	134,800	148,002	147,206	148,371
Vietnam	79,582	101,939	127,447	114,408	136,501
South Korea	76,011	95,103	115,297	116,315	131,553
Taiwan	60,430	77,016	91,707	87,781	116,255
Ireland	66,053	73,877	82,638	82,424	103,281
India	51,255	73,308	85,517	83,557	87,338
Italy	49,448	60,982	69,019	72,850	76,344
United Kingdom	50,280	56,264	63,924	64,172	68,168
Thailand	37,555	47,367	58,624	56,264	63,350
Switzerland	74,929	63,515	59,463	52,309	63,326
France	42,970	50,142	57,229	57,613	59,783
Others	482,511	615,459	708,556	664,546	695,609
Total	2,331,477	2,828,515	3,239,733	3,076,796	3,266,410

Figura 3. Importações dos EUA por principal parceiro comercial de 2020 a 2024. Fonte: Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos DataWeb/Census (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2024)

U.S. Trade Balance by Merchandise Sector

U.S. Merchandise Trade Balance		Absolute Change in Merchandise Trade Balance			
Table US.5: U.S. merchandise trade balance by industry/commodity sectors, 2020–24					
In millions of dollars.					
Sector	2020	2021	2022	2023	2024
Agricultural products	-6,154	-8,869	-17,685	-32,565	-46,661
Chemicals and related products	-99,288	-93,845	-115,242	-102,653	-143,514
Electronic products	-226,925	-284,247	-324,997	-284,115	-334,366
Energy-related products	31,167	28,600	80,072	80,293	82,050
Forest products	-11,065	-21,378	-23,594	-13,051	-16,211
Footwear	-19,057	-25,749	-34,516	-24,307	-25,897
Minerals and metals	-75,978	-92,752	-100,842	-79,482	-73,359
Miscellaneous manufactures	-112,281	-131,898	-143,328	-109,261	-120,451
Machinery	-76,842	-99,296	-116,094	-114,986	-133,597
Transportation equipment	-135,981	-149,276	-186,113	-218,074	-229,529
Textiles and apparel	-108,536	-121,835	-128,268	-98,211	-103,232
Special provisions	-60,541	-70,227	-56,478	-59,906	-59,954
Total	-901,482	-1,070,772	-1,167,085	-1,056,317	-1,204,719

Source: USITC DataWeb/Census, accessed June 30, 2025.

Notes: Merchandise trade balance is calculated as U.S. total exports minus U.S. general imports. Calculations based on unrounded data. Sectors are groups of digests, and digests are classifications that correspond to groups of HTS-8 digit subheadings in the Harmonized Tariff Schedule of the United States (HTS).

Figura 4. Importações dos EUA por setor de mercadoria de 2020 a 2024. Fonte: Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos DataWeb/Census (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2024).

Os gráficos produzidos a partir do DataWeb, base oficial que dá acesso público às estatísticas de importação e exportação dos Estados Unidos, reforçam essa leitura. No gráfico de importações por principais parceiros comerciais de 2020 a 2024, o México alcança a primeira posição em milhões de dólares, enquanto a China permanece em segundo lugar. Apesar do aumento expressivo das importações mexicanas, não houve redução proporcional das importações chinesas; ao contrário, observa-se pequeno aumento. Mesmo com tentativas de proteção econômica e ações tarifárias nos Estados Unidos, a importação chinesa continua vital para o funcionamento da economia estadunidense. Essa importância aparece, por exemplo, na guerra comercial iniciada por Donald Trump em 2018, quando foram impostas tarifas ao comércio chinês para reduzir déficits comerciais. Dados da *UN Comtrade* indicam que o comércio total entre EUA e China se contraiu em 19% em 2019 em comparação com 2018, e que o comércio de commodities reduziu seu valor em 37%. Mesmo com o acordo bilateral de 2020, a guerra comercial não foi totalmente encerrada; parte considerável das tarifas permaneceu em vigor durante o governo Biden, assim como restrições à exportação de microchips para a China (ABDAL; FERREIRA, 2025, p. 668).

Mesmo diante dessas ações protecionistas, a China permanece como o segundo maior parceiro comercial dos Estados Unidos em importações. Além disso, os produtos eletrônicos são os que mais contribuem para o déficit da balança comercial estadunidense, e essa demanda

aumentou significativamente. O dado evidencia a dependência dos Estados Unidos em relação a essas importações. Assim, torna-se difícil sustentar que os Estados Unidos possam adotar uma bipolaridade sistêmica semelhante à da Guerra Fria quando precisam manter relações estáveis com a China para preservar o funcionamento de sua própria economia.

A preocupação com a manutenção de boas relações com a China também aparece em outros contextos. Os EUA evitaram confronto direto sobre a questão de Xinjiang e seu movimento étnico-islâmico separatista devido à íntima e profunda interdependência econômica estabelecida com a China (BANDEIRA, 2013, p. 128).

Essa constatação recoloca a pergunta central: pode existir uma Guerra Fria entre duas potências economicamente interdependentes? Para responder, também é necessário descrever as diferenças políticas entre Estados Unidos e China e demonstrar por que essa rivalidade não se equivale ao antagonismo entre democracia ocidental e marxismo-leninismo soviético observado na Guerra Fria.

5. Falta de Bipolaridade no Cenário Geopolítico Atual

A discussão anterior mostrou a rivalidade entre a democracia liberal estadunidense e o socialismo marxista-leninista soviético. A partir desse contexto histórico, é necessário demonstrar que, desde a Guerra Fria, especialmente no governo Nixon, as relações entre China e Estados Unidos foram marcadas por aproximação estratégica, ainda que motivada pelo enfrentamento de um suposto “inimigo comum”, a União Soviética. Havia também a expectativa de que a China passasse por reformas democráticas, como se esperava da União Soviética com Gorbachev. Contudo, na atualidade, a China permanece sob controle do Partido Comunista Chinês, com Estado fortemente presente e sistema unipartidário. Por isso, convém destacar a trajetória planejada pela China e o contexto histórico que levou às reformas de Deng Xiaoping, decisão que alterou permanentemente o rumo do país e ajuda a explicar por que os Estados Unidos imaginaram que a China poderia se democratizar.

5.1 Da China maoísta às reformas de Deng Xiaoping

No início da Guerra Fria, a China era aliada da União Soviética e integrava o bloco socialista. Antes mesmo das reformas de Deng Xiaoping, Mao Tsé-Tung permitiu, nos anos 1950, um breve período de experiência com o capitalismo de mercado para fomentar uma industrialização acelerada e uma agricultura coletivizada segundo a linha stalinista. Também

promoveu expurgos de dissidentes potenciais. O resultado do Grande Salto para a Frente foi uma fome, entre 1958 e 1961, que matou mais de 30 milhões de pessoas (GADDIS, 2006, p. 106-107). Outra iniciativa de Mao para eliminar rivais potenciais foi a Revolução Cultural, lançada em 1966. O resultado foi a criação dos Guardas Vermelhos, que atacaram as instituições governamentais, o partido e o próprio sistema implantado por Mao. Entre 400 mil e 1 milhão de pessoas morreram em razão da violência subsequente. No início de 1967, Mao já buscava retomar o controle do movimento que desencadeara; em 1969, a ordem foi restabelecida com o envio de milhões de ex-Guardas Vermelhos para o interior (GADDIS, 2006, p. 141).

O início do governo socialista chinês foi marcado pela consolidação do poder e pela construção de uma base industrial dentro dos parâmetros socialistas do governo chinês. Deng Xiaoping, sucessor político de Mao, afirmou que Mao acertou 70% das vezes e errou 30% (GADDIS, 2006, p. 206). A Revolução Cultural foi a decisão que mais abalou a estabilidade do governo chinês, pois afetou sua legitimidade e gerou descrédito diante da população. Dentro do partido, duas correntes passaram a debater o futuro da China. Hua Guofeng, herdeiro escolhido por Mao, defendia o crescimento chinês por meio da manutenção da estrutura política e econômica vigente. Deng Xiaoping, por outro lado, sustentava que apenas reformas econômicas ousadas poderiam restaurar a confiança popular. Após intensos debates, a reforma de Deng prevaleceu, e a política de Reforma e Abertura lançou a China em décadas de rápido crescimento econômico e profundas transformações sociais (XUAN; DORIA, 2017, p. 120).

5.2 Socialismo com características chinesas

Com a abertura promovida por Deng, muitos autores passaram a classificar a China como um caso de socialismo de mercado ou mesmo de capitalismo de Estado. O próprio Deng, entretanto, definia sua visão como socialismo com características chinesas. Esse socialismo foi desenvolvido com base na situação concreta da China e em sua realidade histórica; seu sistema econômico assume o mercado como mecanismo eficiente de alocação de recursos em uma economia socialista (XUAN; DORIA, 2017, p. 123-124).

O caminho do socialismo com características chinesas é a via inevitável para concretizar a modernização socialista do nosso país e criar uma vida bela para o povo. Esse caminho mantém com a firmeza a construção econômica como tarefa central enquanto promove integralmente o desenvolvimento econômico, político, cultural, social, da civilização ecológica e outras áreas. Ele se adere tanto aos “quatro princípios fundamentais” quanto à reforma e abertura, emancipa e desenvolve sem cessar as forças produtivas e sociais e, ao mesmo tempo, concretiza progressivamente a prosperidade comum de todo o povo e

o desenvolvimento integral das pessoas (XI, 2014, p. 10 apud XUAN; DORIA, 2017, p. 124)

5.3 Capitalismo de Estado e controle estratégico

Para Leão (2012, p. 158), a transição chinesa pode ser compreendida como um arranjo de capitalismo de Estado, com participação privada subordinada ao controle estatal. Nessa leitura, instrumentos de mercado foram incorporados como mecanismos de modernização produtiva, e não como passagem direta para uma economia liberal.

No campo industrial, a primeira medida foi autorizar empresas estatais a venderem no mercado o excedente de sua produção após cederem uma quota ao Estado. A reestruturação das estatais envolveu a separação entre direitos de propriedade e de gestão, além da concessão de autonomia a determinadas indústrias. Mesmo assim, setores estratégicos, como alta tecnologia e infraestrutura, permaneceram sob controle mais direto. Outra medida foi a criação de zonas econômicas especiais para atrair capital estrangeiro em setores considerados cruciais pelo governo chinês, com oferta de subsídios e condições macroeconômicas vantajosas (LEÃO, 2012, p. 161-162). Essas mudanças também foram importantes para a legitimação interna do Partido Comunista Chinês (PCC), pois buscavam sustentar a estabilidade política e social do país. Para os líderes chineses, pressões por democratização poderiam impulsionar regimes regionais contrários à manutenção do controle interno e favoráveis à instabilidade social (LEÃO, 2012, p. 172).

5.4 Legitimidade do PCC e ausência de bipolaridade sistêmica

A abertura econômica conduzida durante o governo de Deng ocorreu, portanto, sob rígido controle estatal. Algumas indústrias, sobretudo em setores estratégicos, continuaram obrigadas a ceder quotas de produção. Embora tenha havido abertura econômica e oferta de subsídios em zonas de influência, as reformas seguiram a orientação do PCC. Ao mesmo tempo, esperava-se que a abertura econômica gerasse abertura política e democrática, o que não se concretizou. Como já mencionado, mesmo com o papel vigilante do Estado chinês, boa parte da população parece satisfeita em razão da ampliação de renda e bem-estar. A aprovação popular do PCC é significativa:

A imensa maioria dos chineses não quer o fim do partido, nisto incluem-se os defensores mais ferrenhos da reforma e abertura. Existe um consenso de que é necessário fazer do partido a principal força no processo de mudança social e econômica. Segundo Chang Ping (We'd Be Satisfied With Any Government!

2015), por mais de uma década o Ash Center for Democratic Governance and Innovation at Harvard University's John F. Kennedy School of Government, em colaboração com a Horizon Research de Beijing, vem conduzindo pesquisas de opinião entre os chineses em relação ao governo central. De acordo com esta, 92,8% dos respondentes estão verdadeiramente satisfeitos com o governo central, e destes 37,6% estão extremamente satisfeitos (XUAN; DORIA, 2017, p. 126).

Durante a Guerra Fria, houve bipolarização dos blocos e criação de alianças militares e econômicas próprias nos campos capitalista e socialista. O governo chinês, em contraste, permite e incentiva capital estrangeiro em seu território por meio de zonas de influência, além de manter interdependência econômica com os Estados Unidos e importante balança comercial com a Europa. Embora exista rivalidade entre Estados Unidos e China, a formação de um cenário bipolar semelhante ao da Guerra Fria parece excessiva e improvável no período atual. A dependência tecnológica estadunidense em relação aos manufaturados chineses aparece na balança comercial com a China, assim como a relevância chinesa para a balança comercial estadunidense é evidenciada pelo fato de a China figurar como segundo maior parceiro de importações dos EUA entre 2020 e 2024. Em que momento da Guerra Fria houve dependência econômica comparável entre Estados Unidos e União Soviética? Em que momento houve tentativas de acordos bilaterais econômicos semelhantes à aproximação entre Xi Jinping e Obama? Em que momento os Estados Unidos buscaram relações estáveis com a União Soviética, desconsiderada a *détente*, em razão de dependência econômica? Analisar o cenário atual apenas pelo repertório da Guerra Fria é, portanto, inconsistente com as características do mundo contemporâneo. A globalização alterou significativamente vários aspectos da sociedade contemporânea, sobretudo nas dimensões econômica e tecnológica.

Feita essa discussão sobre o período posterior à Nova Ordem Mundial, resta examinar outra marca das democracias ocidentais contemporâneas: a radicalização política e a polarização entre cidadãos e partidos. Para isso, a próxima seção discute a polarização partidária estadunidense.

6. Polarização Política

6.1 Polarização partidária nos Estados Unidos

Embora a polarização e o extremismo político pareçam fenômenos recentes, eles não começaram na atualidade. O trabalho de Vidal analisa as aproximações e os distanciamentos

entre os partidos Democrata e Republicano nos Estados Unidos, no período de 1936 a 2016, a partir das plataformas nacionais partidárias. A autora utiliza uma pontuação de indicador liberal (-1) e conservador (+1) para posições consideradas explícitas e objetivas pelos partidos.

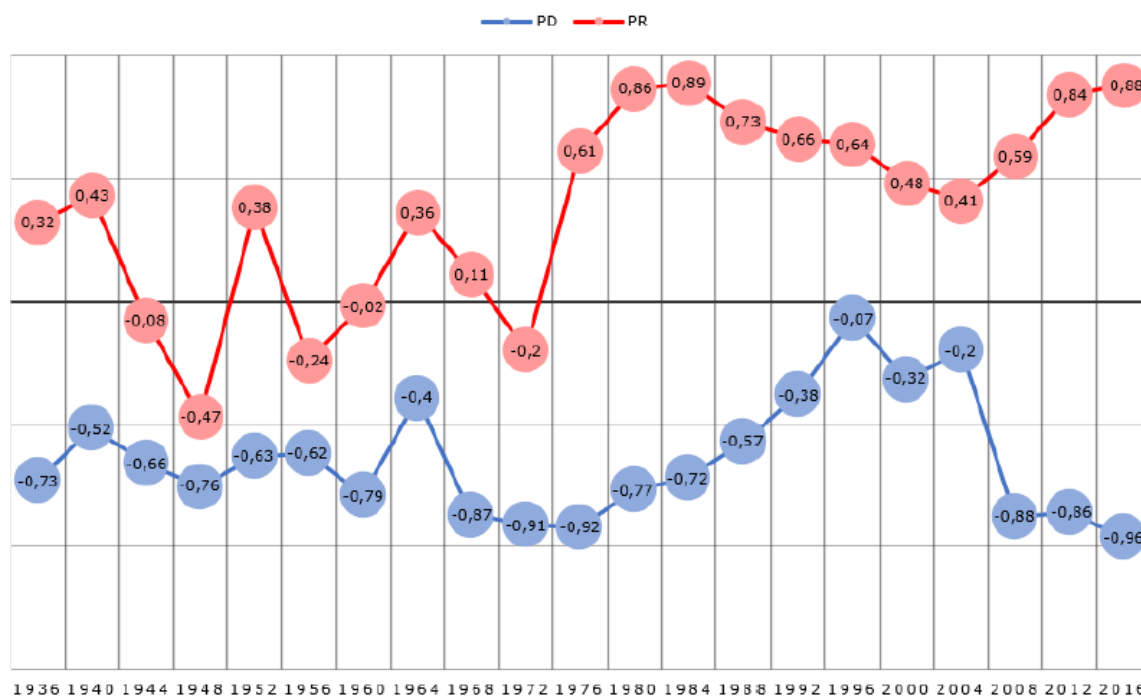


Figura 5. Média geral por partido. PD= Partido Democrata/PR= Partido Republicano. (VIDAL, 2021, p. 435)

Nos dados de Vidal, observa-se aproximação política significativa nos anos 1940 e maior distanciamento das pautas após os anos 1970. Nos anos 1990, houve reaproximação parcial entre os partidos, mas esse movimento foi seguido por novo distanciamento político.

O estudo feito nos indica duas questões importantes. Em primeiro lugar, podemos perceber que há uma ascensão conservadora do PR, que se inicia no ano de 1976 e se mantém relativamente estável ainda que com uma rápida inflexão liberal no início dos anos 2000. Essa ascensão, portanto, não é exatamente linear e gradativa, mas surge de modo abrupto e convive com momentos decrescentes. E, em segundo lugar, pode-se perceber uma polarização partidária atual. Esta, no entanto, não é caso singular na história recente dos EUA. Entretanto, ao contrário das últimas polarizações, essa recente parece ser singular no sentido em que ambos os partidos apresentam um movimento crescente aos extremos do espectro ideológico político (VIDAL, 2021, p. 435).

Esse resultado ajuda a mostrar que a polarização política não é exclusiva da contemporaneidade. A média geral considera posicionamentos sobre economia, questões sociais, política externa e *welfare* (segurança social, regulação e proteção trabalhista, entre

outros temas). O posicionamento mais polarizado dos partidos é o de cunho social. Segundo a autora, a hipótese de polarização partidária nos anos recentes se confirma pelo menos nesse eixo: houve grande aproximação dos anos 1930 até 1968; em seguida, ocorreu distanciamento, com exceção dos anos 1990; após 2008, observa-se novo afastamento, chegando a 0,86 para o Partido Republicano e -0,93 para o Partido Democrata (VIDAL, 2021, p. 433).

Na política externa, ocorreu maior aproximação entre os partidos, embora ambos tenham oscilado ao longo do período. A ruptura se dá em 2008, com maior distanciamento, e, após 2012, os partidos aparecem fortemente polarizados: em 2016, o Partido Republicano pontua 0,81 e o Partido Democrata, -0,91 (VIDAL, 2021, p. 434). Os gráficos mostram que o distanciamento político não foi linear nem gradual, mas teve picos de aproximação e afastamento. Ainda assim, o distanciamento contemporâneo parece mais intenso e sem sinais claros de recuo. O contexto da Guerra Fria também influenciou os interesses defendidos por cada partido, enquanto os pontos de aproximação coincidiram com a Nova Ordem Mundial. Fatores como a crise de 2008 e a Guerra contra o Terror podem ter ampliado a separação partidária e contribuído para o modelo atual de polarização. Embora o gráfico analise apenas posicionamentos partidários, este trabalho também examina o extremismo político como fenômeno associado à polarização contemporânea.

6.2 Redes sociais e tecnopolítica

Com a digitalização das notícias e a expansão da internet, o fluxo global de informações aumentou de modo considerável. Nesse contexto, as redes sociais contribuíram para o extremismo político ao prenderem usuários em suas próprias visões de mundo ou ao alimentarem processos de radicalização. Amaral, Rosa e Sabariego denominam de silicolonização do mundo o processo de impacto global promovido por empresas de tecnologia. O termo designa uma colonização instrumentalizada por empresas nascidas no Vale do Silício, que ampliaram progressivamente seu domínio sobre a vida das pessoas e das instituições, comprometendo sistemas sociais, políticos e econômicos em escala global. Essas empresas impuseram uma lógica tecnológica que afeta diferentes aspectos da vida, pois exercem forte influência sobre como informações são coletadas, processadas e utilizadas, criando uma modalidade de colonização que transforma a sociedade em várias dimensões (AMARAL; ROSA; SABARIEGO, 2025, p. 68).

As formas de interação política também se alteraram, pois passaram a ser mediadas por plataformas digitais, com possibilidade de comercialização e apropriação de dados dos usuários.

Essas empresas produziram novos meios de subjetivação, orientando condutas por meio de computadores, smartphones e tablets, com estratégias algorítmicas e inteligência artificial. As redes sociais tornaram-se tão importantes para a circulação de informações que a política conduzida por jornais, rádio e televisão cedeu espaço às tecnopolíticas capitaneadas por plataformas digitais. Os autores utilizam tecnopolítica para designar a aplicação tática e estratégica de ferramentas digitais à organização, comunicação e ação coletiva. O termo ganhou relevância após a Primavera Árabe, inicialmente associado ao uso de plataformas digitais por movimentos sociais para ativismo político e, posteriormente, adotado por partidos e outras organizações (AMARAL; ROSA; SABARIEGO, 2025, p. 68-69).

6.3 Polarização política no Brasil

No Brasil, os estudos sobre polarização política já existiam no contexto da Nova República. Até meados de 2010, o termo descrevia a organização do sistema político institucional em dois polos, PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Escosteguy-Medronho refuta a hipótese de que a polarização entre PT e PSDB, de 1994 a 2016, refletisse uma divisão crescente do eleitorado em dois blocos claramente distintos e polarizados. O surgimento do bolsonarismo como alternativa eleitoral viável na ausência de um candidato forte mostra que simpatias partidárias explicam parte do voto no período, mas não comprovam enraizamento polarizado entre PT e PSDB, apesar da tendência de estabilização do voto pró-PT nas eleições presidenciais de 2006 a 2018 (ESCOSTEGUY-MEDRONHO, 2024, p. 6-7). Um dado que evidencia polarização mais significativa aparece após as eleições de 2022: segundo Nunes e Traumann, citados por Escosteguy-Medronho, um ano depois das eleições, 17% dos respondentes afirmaram ter rompido relações de amizade ou familiares em função do pleito, 54% disseram conhecer alguém que rompeu relações pelo mesmo motivo, e 75% declararam não se arrepender de brigas políticas ocorridas à época (ESCOSTEGUY-MEDRONHO, 2024, p. 10).

6.4 Populismo, extremismo e crise democrática

Os fenômenos atuais que mais afetam a democracia são o populismo, o extremismo e o autoritarismo, os quais Barroso sintetiza nos seguintes termos:

Populismo é um conceito que vem sendo intensamente revisitado nos últimos tempos, com a conotação frequentemente negativa de manipulação de medos, necessidades e anseios da população. Como regra, oferece soluções simplórias – e erradas – para problemas complexos, atendendo a demandas imediatas que cobram preço alto no futuro. O *extremismo*, que pode ser de qualquer lado do

espectro político, caracteriza-se pela intolerância, pela inaceitação do diferente e pela rejeição ao pluralismo político, valendo-se comumente de ameaças de violência. E o *autoritarismo* envolve a repressão truculenta aos opositores, a intimidação ou cooptação das instituições de controle e diferentes formas de censura, permitindo o mando autoritário e sem *accountability* (BARROSO, 2022, p. 38).

Há uma crise política associada ao modelo de representação democrática. O processo eleitoral nem sempre consegue dar voz e relevância à cidadania, em parte porque a classe política privilegiada se deslocou da sociedade civil. Desse afastamento surgem discursos antielite e contra a velha política. Outros fatores também demonstram a fragilidade das democracias ocidentais atuais: a estagnação social, pois as décadas do pós-guerra registraram maior aumento de renda, enquanto, nas últimas décadas, muitas rendas permaneceram estacionadas; a perda de hegemonia racial, em sociedades mais diversas e multiculturais; e a expansão da internet, que eliminou filtros tradicionais de informação. Essa expansão trouxe benefícios, como maior circulação de informações e menor possibilidade de ocultamento, mas também ampliou teorias conspiratórias e informações falsas (BARROSO, 2022, p. 41-42).

O avanço do populismo encontra terreno favorável nesse cenário. A falta de representatividade, os escândalos de corrupção e a percepção de ineficiência estatal produzem repulsa e desconfiança em relação ao Estado e aos partidos tradicionais. Assim, quando surge um líder populista que promete combater a corrupção ou atacar instituições consideradas falhas, o discurso ganha adesão rápida porque oferece uma solução aparentemente simples. Ao mencionar dados da Inglaterra e dos Estados Unidos, Moreira cita Levitsky e Ziblatt para demonstrar que, com a elevação dos níveis educacionais, da urbanização e da visibilidade de pautas identitárias, alguns políticos populistas adotaram discurso mais liberal voltado às novas gerações. Somadas à desilusão com a capacidade do sistema político de atender às demandas sociais e à piora do cenário econômico internacional, essas condições também favoreceram o surgimento de um populismo que endossa valores conservadores (MOREIRA, 2023, p. 5).

A crise econômica provavelmente foi um dos fatores mais relevantes para o crescimento do populismo. Desemprego, desigualdades sociais, precarização do trabalho e diminuição dos gastos públicos formaram um cenário menos receptivo ao papel do Estado (MOREIRA, 2023, p. 10). Como demonstrado no debate sobre as eleições da Nova República, escândalos de corrupção e crises econômicas criaram rejeição aos partidos então predominantes. Nesse contexto, um candidato de terceira via que prometia combater a corrupção tornou-se opção

atraente para parte da população brasileira. As privatizações e a redução do papel ativo do Estado no governo Jair Bolsonaro indicaram uma tentativa de crescimento econômico mediante desmonte da máquina pública e priorização da agenda econômica, com menor atenção a políticas sociais.

6.5 Bolsonaro e o desmonte de políticas públicas

Entre os casos de líderes populistas, Jair Bolsonaro é um exemplo relevante. Ele demonstrou negacionismo em relação aos riscos da COVID-19 e à necessidade das vacinas, adotou discurso contra o globalismo e recusou-se a reconhecer os resultados eleitorais de 2022. Uma de suas características mais marcantes foi o desmonte de políticas públicas (GOMIDE; SILVA; LEOPOLDI, 2023, p. 19). Também é importante observar que Bolsonaro aprofundou um quadro de menor investimento estatal na esfera pública já perceptível desde o governo Temer. A Emenda Constitucional n.º 95, de 2016, estabeleceu teto para o crescimento das despesas primárias do governo federal e foi caracterizada por baixo nível de adaptabilidade às condições locais e setoriais, além de baixo nível de elementos voltados à cooperação entre setores (GOMIDE; SILVA; LEOPOLDI, 2023, p. 443).

A redução do investimento governamental em políticas públicas pode ser observada pela comparação entre gasto planejado e gasto liquidado, bem como pela tendência de redução ao longo dos anos analisados. No período de 2020 a 2022, pode-se argumentar que a COVID-19 trouxe dificuldades econômicas para financiar os Planos Plurianuais (PPA). Contudo, a Lei n.º 13.971 (BRASIL, 2019) já havia planejado o PPA 2020-2023 e obtido aprovação do Congresso antes da pandemia no Brasil. Isso demonstra que, mesmo no cenário pré-pandêmico, já se projetava redução dos gastos governamentais em políticas públicas.

TABELA 4
Participação dos programas nos PPAs 2016-2019 e 2020-2023

Programas (R\$ milhões)	PPA 2016 - 2019	(%)	Liquidado 2016-2019	(%)	PPA 2020-2023	(%)	Liquidado 2020-2021	(%)
Gestão de Riscos e Desastres (Defesa Civil)	1.689	0,11	4.034	0,35	1.397	0,10	1.771	0,24
Atenção integral à primeira infância	1.889	0,13	858	0,08	1.600	0,12	621	0,08
Política Nuclear	3.618	0,24	1.982	0,17	1.659	0,12	1.623	0,22
Aviação Civil	2.906	0,19	333	0,03	1.948	0,14	153	0,02
Clima, Biodiversidade, Meio Ambiente	3.924	0,26	1.834	0,16	2.216	0,16	845	0,11
Governança Fundiária	8.766	0,58	1.853	0,16	2.258	0,16	366	0,05
Saneamento Básico	5.472	0,36	2.700	0,24	2.527	0,18	1.091	0,15
Conecta Brasil	2.351	0,16	1.477	0,13	3.978	0,29	1.740	0,24
Cultura	5.969	0,40	1.100	0,10	4.870	0,35	258	0,04
Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	22.184	1,47	401	0,04	5.980	0,43	619	0,08
Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	6.553	0,43	5.572	0,49	6.359	0,46	2.830	0,38
Recursos Hídricos	21.088	1,40	5.761	0,51	6.540	0,47	2.961	0,40
Justiça e Segurança Pública	8.122	0,54	7.079	0,62	8.627	0,62	4.353	0,59
Tecnologias, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	13.947	0,92	10.041	0,88	9.024	0,65	4.302	0,58
Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	4.442	0,29	2.135	0,19	9.139	0,66	2.126	0,29
Moradia Digna	58.758	3,89	19.423	1,71	11.227	0,81	3.965	0,54
Agricultura Familiar	22.014	1,46	11.488	1,01	17.937	1,29	3.798	0,52
Agropecuária Sustentável	16.328	1,08	6.292	0,55	34.424	2,48	15.138	2,06
Transporte Aquaviário	24.614	1,63	10.971	0,96	21.622	1,56	811	0,11
Defesa Nacional	65.361	4,33	36.815	3,24	41.006	2,95	19.638	2,67

(Continua)

(Continuação)

Programas (R\$ milhões)	PPA 2016 - 2019	(%)	Liquidado 2016-2019	(%)	PPA 2020-2023	(%)	Liquidado 2020-2021	(%)
Educação Básica	116.920	7,75	96.323	8,47	115.066	8,28	49.929	6,78
Educação Profissional e Tecnológica	20.710	1,37	9.313	0,82	7.341	0,53	2.833	0,38
Educação Superior	56.694	3,76	37.111	3,26	35.661	2,57	17.254	2,34
Trabalho Emprego e Renda	241.629	16,01	216.524	19,04	239.343	17,22	146.084	19,85
Proteção Social no âmbito do SUAS	224.454	14,87	222.949	19,60	265.128	19,08	133.152	18,09
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	420.954	27,89	375.264	33,00	433.839	31,22	293.286	39,85

Figura 6. Participação dos programas nos PPAs 2016-2019 e 2020-2023. Fonte: Siop; PLPPA 2020-2023 (GOMIDE; SILVA; LEOPOLDI, 2023, p. 457).

A leitura do gráfico aponta redução de programas nos PPA dos governos Temer e Jair Bolsonaro. As partes em negrito destacadas pelos autores indicam queda expressiva de financiamento, com execução liquidada significativamente menor que a planejada, o que revela menor participação governamental nesses programas sociais.

Há outros exemplos do desmonte da máquina pública no governo Jair Bolsonaro. Nesta seção, porém, o objetivo é demonstrar similaridades entre líderes populistas significativos, e não aprofundar exclusivamente o caso brasileiro.

6.6 Milei e a agenda de redução do Estado

Javier Milei, presidente da Argentina eleito em 2023, é outro exemplo de líder populista. Em comparação com Bolsonaro, seu ideário é mais libertário e ideológico, com defesa enfática do livre mercado e da baixa intervenção estatal, chegando a defender a extinção do Banco Central e a substituição da moeda argentina pelo dólar (GENNARI; MIGLIOLI; ETULAIN; JACOB; CASTRO, 2025, p. 80). Milei apresenta semelhanças com Bolsonaro, embora avance mais no desmonte da máquina pública: anunciou a redução dos ministérios de 18 para 9 e das secretarias de 106 para 54, com expectativa de corte de 34% dos cargos políticos do Estado. Também promoveu redução de subsídios nos setores de energia e transporte. Um dos poucos aumentos de investimento governamental em políticas públicas foi o anúncio de ampliação do Auxílio por Criança (AUH) e do Vale-Alimentação (Tarjeta Alimentar). Contudo, os autores destacam que jornais argentinos indicaram que 80% dos ajustes de 2024 recaíram sobre gastos sociais, educação, cultura e energia, segundo o *Diario Ámbito Financiero* (GENNARI; MIGLIOLI; ETULAIN; JACOB; CASTRO, 2025, p. 81).

As reformas de Milei buscaram, sobretudo, combater a hiperinflação herdada de governos anteriores. O FMI elogiou as medidas econômicas do presidente na oitava revisão em maio, afirmando que a âncora fiscal forte, a ausência de financiamento monetário e as correções iniciais de preços relativos produziram progresso mais rápido que o esperado na restauração da estabilidade macroeconômica argentina (GENNARI; MIGLIOLI; ETULAIN; JACOB; CASTRO, 2025, p. 82-83). No segundo semestre de 2025, a incidência da pobreza recuou 3,1 pontos percentuais nos domicílios e 3,4 pontos percentuais nas pessoas em relação ao primeiro semestre; 28,2% das pessoas permaneciam abaixo da linha de pobreza, e a indigência alcançava 6,3%, sem variação estatisticamente significativa (ARGENTINA, 2026a, p. 3-4). Embora as reformas de Milei tenham produzido melhor superávit estatal e maior controle da inflação, seus impactos sociais permanecem problemáticos. O desemprego aumentou 1,1 ponto percentual entre o quarto trimestre de 2024 e o quarto trimestre de 2025, chegando a 7,5% da população economicamente ativa. O mesmo relatório registra aumento de 3,0 pontos percentuais na taxa de desocupação entre mulheres de 14 a 29 anos (16,8%) e de 3,7 pontos percentuais entre homens de 14 a 29 anos (16,2%) (ARGENTINA, 2026b, p. 3 e 6). Uma pesquisa trimestral do Centro de Estudos da União Industrial Argentina (UIA), baseada em consumo de eletricidade, demanda industrial e consultas com líderes do setor, previu para novembro de 2025 queda de 6% da atividade industrial em relação ao ano anterior. O relatório também aponta que, no

terceiro trimestre de 2025, a contração da atividade permaneceu, com queda acumulada de 4,1% na produção e de 4,6% no emprego em pequenas e médias empresas, segundo a Fundación Observatorio PyME (UIA, 2025). Quanto ao emprego assalariado na indústria, houve queda de 4% entre março de 2025 e março de 2026, além de queda de 1,5% no emprego assalariado do setor privado no mesmo período (UIA, 2026).

Apesar de melhorarem a estabilidade macroeconômica da Argentina, as reformas não produziram os mesmos benefícios para todos os setores sociais. Os dados apontam redução da empregabilidade, contração das atividades industriais e diminuição do consumo da população. O índice geral de preços ao consumidor registrou aumento mensal de 2,1% em maio de 2026 e acumulou variação de 14,7% no ano, com variação interanual de 33,2% no total nacional (ARGENTINA, 2026c, p. 2). A prioridade do governo Milei foi a recuperação econômica e o crescimento da economia argentina. Nesse sentido, uma característica dos populismos de direita analisados é a prioridade dada à manutenção econômica do país e à redução do papel do Estado, por meio de cortes em serviços ou instituições públicas.

6.7 Trump: negacionismo, protecionismo e coerção tarifária

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, é um dos principais exemplos de populismo de direita. Suas atitudes e políticas apresentam compatibilidade com ações de outros líderes populistas, como Bolsonaro e Milei. Assim como eles, Trump adotou postura anti-establishment, atacando correntes tradicionais da vida política que desfrutavam de relativa estabilidade (ALVES, 2022, p. 32). Outra característica compartilhada por Bolsonaro e Trump foi o negacionismo científico. Assim como Bolsonaro minimizou a gravidade da COVID-19 e seus danos ao país, Trump adotou postura semelhante. O chefe do Programa de Emergências Sanitárias da OMS, Dr. Mike Ryan, declarou que o mundo deveria se preparar para uma pandemia; em seguida, Trump fez discursos que diminuía a gravidade dos casos em solo estadunidense (ALVES, 2022, p. 35).

O negacionismo foi tão intenso que o próprio Trump e seu filho, Donald Trump Jr., retweetaram vídeo publicado pelo perfil do site Breitbart em que a médica Stella Immanuel afirmava que a hidroxicloroquina curava o vírus e que máscaras eram desnecessárias. A publicação foi removida pelo Twitter sob a justificativa de violação de regras contra desinformação sobre a COVID-19 (ALVES, 2022, p. 37).

Essas semelhanças não se aplicam da mesma forma às estratégias econômicas de Trump, pois Bolsonaro e Milei adotaram políticas de redução do papel do Estado e orientação

econômica mais liberal. Trump, por sua vez, adotou políticas mais protecionistas, começando pelas tarifas que chamou de Tarifa Recíproca, calculadas segundo fórmula estabelecida pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos.

O objetivo dessas tarifas era reconstruir a economia e a segurança econômica (THORSTENSEN; PRADO, 2025, p. 38-39). As tarifas sofreram várias alterações e foram objeto de negociações entre países. Um caso que evidenciou a rivalidade com a China foi o seguinte:

Diante da tarifa de 34%, a China retalia com igual valor. Diante da retaliação chinesa, o presidente estabelece uma tarifa de 104%, depois elevada a 125%, chegando a 145% diante da escalada da China, que anuncia retaliação com 84% e depois com 125%. A China, ao responder às pressões dos EUA, informa que não iria se intimidar com a atitude do governo norte-americano e anuncia sua disposição de retaliar o país com diferentes instrumentos: aumento da chamada *Black List*, que inclui dezenas de empresas americanas sujeitas a restrições ou proibições de atuar no mercado chinês; controle de exportações de metais críticos, restrições aos direitos de propriedade intelectual de acesso ao mercado chinês; investigações *antitrust* por parte de autoridades chinesas; desvalorização do yuan e venda de títulos americanos que compõem suas reservas (THORSTENSEN; PRADO, 2025, p. 42).

O confronto tarifário com a China resultou em uma trégua, embora nem todas as informações que a viabilizaram tenham sido divulgadas. Os EUA também ameaçaram o Brasil com tarifa de 50% e investigação por supostas práticas comerciais desleais. Esse instrumento tarifário mostra-se, portanto, como mecanismo de coerção para extrair concessões de parceiros internacionais (THORSTENSEN; PRADO, 2025, p. 44-45).

A Pax Americana vigente após a Segunda Guerra Mundial pressupunha a disposição política dos EUA de exercer liderança externa. Essa disposição parece ter enfraquecido, como sugere o slogan de Trump, *Make America Great Again* (Faça a América Grandiosa Novamente), que pressupõe uma perda anterior de grandeza. Diante da rivalidade com a China, os Estados Unidos parecem abrir mão da ordem liberal multilateral e passam a agir como parceiro menos previsível, priorizando ganhos próprios ao anunciar tarifas e utilizá-las como instrumento de coerção (THORSTENSEN; PRADO, 2025, p. 59-60).

6.8 Populismos de direita e de esquerda

Embora os populismos mais reconhecidos e comentados costumem ter viés de direita, o populismo também pode assumir forma de esquerda. Segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe,

o populismo constrói retoricamente uma noção de povo oposta a um inimigo. Assim, o antagonismo entre nós e eles pode opor proletariado e burguesia ou nacionais e imigrantes. Uma característica comum desses movimentos é o ataque ao establishment: seus líderes afirmam estar fora da elite e contra instituições vistas como ineficazes ou corruptas, frequentemente apresentando-se como alternativa em eleições dominadas por partidos tradicionais (RODRIGUES, 2018, p. 71-72).

Rodrigues exemplifica esse argumento com diferentes casos. Nos Estados Unidos, Trump fez discursos anti-establishment e anti-imigração. Contudo, seu rival nas eleições primárias de 2016, Bernie Sanders, do Partido Democrata, também adotou discurso populista. Para Sanders, o inimigo era a elite de Wall Street e o mercado financeiro. Ele também atacou o establishment ao afirmar que o povo não aceitaria uma economia viciada em que a riqueza fosse concentrada no 1% mais rico. Diferentemente de Trump, Sanders não mobilizou retórica contra etnias específicas, mas identificou como eles a elite financeira dos Estados Unidos (RODRIGUES, 2018, p. 73-75).

No Reino Unido, a percepção de mal-estar com a política e a impressão de que todos os partidos pareciam iguais também favoreceram discursos populistas. O Partido da Independência do Reino Unido pode ser identificado como populismo de direita, pois apresentou discurso anti-imigração e candidatos que se colocavam como homens comuns do povo. Contudo, assim como ocorreu nos Estados Unidos com o Partido Democrata, no Reino Unido o populismo de esquerda apareceu dentro de um partido tradicional, o Partido Trabalhista. Tal como Bernie Sanders, Jeremy Corbyn apresentou como adversária a burguesia financeira de Londres; a semelhança foi tão expressiva que o próprio Corbyn admitiu ter extraído ideias de campanha de Sanders (RODRIGUES, 2018, p. 75-77).

Em síntese, discursos populistas de direita costumam concentrar-se em ataques a etnias específicas ou a imigrantes, enquanto o populismo de esquerda geralmente identifica como inimigas as elites bancárias ou os detentores de grande capital financeiro. Em ambos os casos, há discurso anti-establishment e apresentação do candidato como representante do povo. A discussão sobre o caráter antidemocrático ou perigoso do populismo para a democracia é ampla. Alguns autores veem o populismo como uma forma de organizar o antagonismo político; é o caso de Mouffe, citada por Rodrigues:

Quando eles [populismo de direita] falam sobre o ‘povo’, referem-se a uma entidade que está restrita a uma certa categoria de povo na qual os imigrantes estão excluídos. Isso é normalmente acompanhado por um discurso xenofóbico, que é muito negativo para a democracia. Mas não devemos esquecer a possibilidade de um populismo de esquerda no qual a noção de ‘povo’ é construída de uma forma diferente: ela inclui tanto imigrantes quanto todo o povo trabalhador de um país específico. Os adversários do povo nesse caso não são os imigrantes, mas as grandes corporações transnacionais e todas as forças da globalização neoliberal. Para mim, o desenvolvimento de um populismo de esquerda é o único caminho de luta contra o crescente sucesso do populismo de direita (RODRIGUES, 2018, p. 80-81).

Essa retomada do populismo na política contemporânea torna-se visível especialmente em razão da globalização e da proliferação das redes sociais como meios de disseminação de informação. Ainda é incerto se o populismo se tornará uma constante da política contemporânea ou se permanecerá forte apenas por período limitado. Há sinais de desgaste, como a rejeição a Milei associada ao desemprego e à perda de poder de compra discutidos anteriormente, além da rejeição ao Partido Trabalhista Britânico no Reino Unido em meio à crise migratória europeia. É possível que o populismo se desgaste em diferentes campos ideológicos, que uma vertente recupere força em oposição à outra ou que surja uma nova alternativa. Essas tendências só poderão ser avaliadas com mais precisão no futuro.

7. Conclusões

Este trabalho analisou as características do sistema geopolítico da Guerra Fria e suas diferenças em relação ao cenário contemporâneo. A principal distinção está na interdependência econômica entre China e EUA, na existência de blocos multipolares e em ações geopolíticas orientadas por fatores que não se reduzem ao embate entre capitalismo e socialismo. Após a Nova Ordem Mundial, os Estados Unidos mantiveram influência econômica e política considerável, enquanto a China se tornou o principal ator capaz de desafiar a hegemonia estadunidense por meio de seu crescimento econômico. Independentemente de o leitor interpretar a Nova Ordem Mundial como sistema unipolar estadunidense ou como nascimento de um sistema multipolar, o ponto central é que o sistema geopolítico passou a comportar uma rivalidade crescente entre Estados Unidos e China.

A pesquisa também apresentou a importância chinesa na produção de manufaturados e o déficit da balança comercial estadunidense nesse setor, evidenciado tanto pelas medidas

protecionistas de Trump quanto pela manutenção de restrições por governos posteriores, como no caso das proibições relativas a chips. O poder econômico chinês e seu avanço tecnológico ampliaram a influência geopolítica da China e reduziram a primazia tecnológica estadunidense associada ao auge do Vale do Silício.

Esse crescimento econômico, porém, não ocorreu de forma linear. Crises e desigualdades sociais aumentaram a incerteza em relação às instituições governamentais e contribuíram para a expansão de líderes e discursos populistas na contemporaneidade.

As ações do governo Trump implicarão, a partir de agora, que os EUA aceitem uma divisão do mundo em grandes espaços econômicos regionais e em uma nova configuração de polaridades. O governo Trump precipitou essa mudança de eras, em que a absoluta centralidade dos EUA na economia mundial passa a ser desafiada, abrindo espaço para outras potências contestarem tal posição. Nada disso, contudo, é garantido. Uma hipótese é que os mercados se adaptem às novas condições e que os EUA, com seu imenso mercado consumidor, de longe o maior do planeta, continuem a exercer poder de atração de investimentos e também continuem a ser um grande polo de inovação tecnológica (THORSTENSEN; PRADO, 2025, p. 60).

Os diferentes atores do cenário geopolítico mundial e seus interesses heterogêneos demonstram que não há, hoje, uma bipolaridade rígida. Mesmo que alianças como a aproximação entre China e Rússia, de um lado, e Estados Unidos e OTAN, de outro, indiquem atritos relacionados à guerra na Ucrânia, as ações dessas nações não se resumem a comprometer continuamente o adversário, como ocorria na Guerra Fria, quando grande parte das ações de política externa visava conter ou enfraquecer o inimigo sistêmico.

Também foram discutidos os embates econômicos entre China e Estados Unidos. Embora alguns tenham terminado em acordos para preservação do status quo, certas medidas restritivas permaneceram e evidenciaram a disputa por influência econômica. Por isso, não é possível afirmar se o cenário geopolítico atual caminhará para nova cooperação econômica mútua ou para maior instabilidade política e econômica.

Quanto à ordem mundial, diversos cientistas políticos têm especulado sobre o que virá adiante. Alexander Cooley e Daniel Nexon (2020), no interessante *Exit From Hegemony*, visualizam três possíveis cenários: (i) a China continuará a ascender, o mundo passará a ter duas potências hegemônicas e, possivelmente, um ambiente de nova Guerra Fria; (ii) a ordem internacional será multipolar, a cooperação internacional perderá força, e a visão liberal americana, nos campos econômico e político, perderá influência; (iii) a ordem será bi ou multipolar, o liberalismo econômico se manterá em curso, mas as

economias serão cooptadas por elites autoritárias, enquanto haverá erosão da ordem política liberal e das democracias (PAIVA, 2022, p. 65-66).

Depois do fim da Guerra Fria, ao contrário do que muitos pesquisadores acreditavam, não houve fortalecimento contínuo da democracia liberal nem ampliação linear da cooperação internacional. Pouco depois, ocorreram conflitos como a Guerra do Golfo e a Guerra do Afeganistão. Também não demorou para que as relações entre Rússia e Estados Unidos se deteriorassem novamente, em razão do financiamento das Revoluções Coloridas e dos convites da OTAN a nações do Leste Europeu. A própria Rússia agravou sua relação com o Ocidente ao invadir a Ucrânia e adotar outras medidas que preocuparam governos ocidentais, como a anexação da Crimeia em 2014.

O enfraquecimento da democracia pode ser percebido nas tensões políticas e sociais internas aos governos. Como discutido, líderes populistas compartilham semelhanças: muitos atacam instituições governamentais e criam inimigos para simplificar a identificação de culpados. Ao mesmo tempo, o discurso populista não se restringe a partidos de direita; também aparece em partidos de esquerda. Isso indica que o populismo pode se tornar uma constante nas eleições e manifestações políticas contemporâneas, ao menos até que outra corrente o enfraqueça ou até que ele próprio se desgaste.

O objetivo desta pesquisa foi dar maior destaque ao tema e produzir uma análise acadêmica sobre o cenário geopolítico contemporâneo. Não é possível afirmar com precisão como será o futuro geopolítico, mas é possível estudar as características atuais, suas peculiaridades e os acontecimentos passados que levaram à rivalidade entre China e Estados Unidos. Também é possível identificar tendências da contemporaneidade, como o populismo e a intensificação da hostilidade contra a Rússia.

8. Referências bibliográficas

AMARAL, Augusto; ROSA, Pablo; SABARIEGO, Jesús. Da silicolonização do mundo ao tecnoconservadorismo: o renascimento do extremismo político brasileiro no século 21. **Revista de Estudios Sociales**, n. 94, 2025, p. 65-84.

ABDAL, Alexandre; FERREIRA, Douglas. As relações diplomáticas e comerciais entre a China e os EUA no século XXI e a falácia da Guerra Fria 2.0. **Revista de Economia Política**, v. 45, n. 4, 2025, p. 658-680.

ALVES, Fhrans. **A experiência ultradireitista do governo Trump: uma relação entre política, ideologia e negacionismo da ciência na pandemia da COVID-19**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

ARGOLO, José. Tempos depois, uma nova Guerra-Fria. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 23, n. 48, 2007, p. 189-202.

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística y Censos [INDEC]. **Incidencia de la pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos: segundo semestre de 2025**. Buenos Aires: INDEC, Informes técnicos, v. 10, n. 80, 2026a, p. 1-30.

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística y Censos [INDEC]. **Mercado de trabajo. Tasas e indicadores socioeconómicos (EPH)**. Buenos Aires: INDEC, v. 10, n. 3, 2026b, p. 1-22.

ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística y Censos [INDEC]. **Índice de precios al consumidor (IPC): cobertura nacional. Mayo de 2026**. Buenos Aires: INDEC, v. 10, n. 18, 2026c, p. 1-20.

BARROSO, L. R. A Democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, [S. l.], n. 1, p. 33–56, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/5>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BIAGI, Orivaldo. O imaginário da Guerra Fria. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, 2001,

p. 61-111.

BRASIL. **Lei n.º 13.971, de 27 de dezembro de 2019.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília: Secretaria-Geral, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113971.htm. Acesso em: 05 jul. 2026.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos. **U.S. Trade by Industry Sectors and Selected Trading Partners.** Washington, D.C., 2024.

FIGLINO, Beatriz. Guerra Fria: um período, três olhares. In: 1º Encontro de Pesquisa em Relações Internacionais, 2016, Marília. **Apresentação Oral** [...] Marília: Universidade Estadual Paulista, 2016, p. 1-15.

GADDIS, John. **História da Guerra Fria.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GENNARI, Adilson; MIGLIOLI, Aline; ETULAIN, Carlos; JACOB, Ivan; CASTRO, Fabio. A economia política da motosserra de Javier Milei na Argentina. **Revista Fim do Mundo**, n. 13, 2025, p. 72-90.

GÓES, Guilherme. Multipolaridade, governança global e questões humanitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 10, n. 1, 2023, p. 119-140.

GOMIDE, Alexandre; SILVA, Michelle; LEOPOLDI, Maria. **Desmonte e Reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022).** Brasília: IPEA: INCT/PPED, 2023.

LEÃO, Rodrigo. A Economia Política da Transição Chinesa no Último Quartel do Século XX. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 3, 2012, p. 153-177.

ESCOSTEGUY-MEDRONHO, Adriana. Um Brasil dividido? Reflexões sobre a polarização política e social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 122, 2024, p. 1-41.

MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. Democracias em crise: balanço bibliográfico de um debate da teoria política contemporânea. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 99, 2023, p. 1-21.

NASCIMENTO, Rubens; ANDRADE, Rogério; MENEZES, Daniel; NETO, José; CASTRO, Cristiany. Geopolítica e a nova ordem mundial no século XXI: transformações, conflitos e

desafios para o direito internacional. **Revista FT**, v. 30, n. 157, 2026, p. 1-18.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Detection of the First Soviet Nuclear Test, September 1949**. Washington, D.C.: The George Washington University, 2019.

PAIVA, Marcos. China-EUA: uma leitura da trajetória da disputa pela hegemonia. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, n. 2, 2022, p. 53-69.

PENNAFORTE, Charles; BENJAMIN, Henrique; SCHIERHOLT, Kássia. A Era Xi Jinping e as várias faces do projeto geopolítico chinês no sistema-mundo: algumas percepções. *In*: 15º Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: Pandemia e tendências seculares da economia-mundo capitalista, 2021, Florianópolis. **Apresentação de Trabalho [...]** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021, p. 1-17.

RODRIGUES, Theófilo Machado. Populismo de esquerda versus populismo de direita no início do século XXI: o conflito político nos EUA, Inglaterra, França e Alemanha. **Revista Estudos Políticos**, v. 9, n. 17, 2018, p. 70-85. DOI: <https://doi.org/10.22409/rep.v9i17.39851>.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, 2000, p. 138-169.

THORSTENSEN, Vera; PRADO, Victor Luiz do. Da geoeconomia à geopolítica de Trump – de tarifas a armas? **CEBRI-Revista**, ano 4, n. 14, abr.-jun. 2025, p. 34-61. DOI: <https://doi.org/10.54827/issn27647897.cebri2025.14.02.02.34-61.pt>.

UNIÃO INDUSTRIAL ARGENTINA [UIA]. **Informe de Indicadores Laborales de la Industria**. Buenos Aires: UIA, n. 6, 2026, p. 1-14.

UNIÃO INDUSTRIAL ARGENTINA [UIA]. **Informe de Indicadores Laborales de la Industria**. Buenos Aires: UIA, n. 11, 2025, p. 1-4.

VIDAL, Camila. Polarização política e partidária nos Estados Unidos (1936-2016). **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, 2021, p. 412-450.

XUAN, Qin; DORIA, Gaio. O socialismo com características chinesas e seu papel como ideologia guia da China. **Século XXI: Revista de Relações Internacionais**, v. 7, n. 1, 2017, p. 116-131.

ZAIDAN, João; CAVALCANTI, Ana; NÓBREGA, Flavianne; VIEIRA, Pedro; FONSECA,

João; SILVA, Laura. Prospectos de uma nova ordem: a disputa hegemônica entre China e Estados Unidos e os caminhos da política externa brasileira no sistema internacional. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 40, 2024, p. 45-65.